

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Secretaria-Executiva

Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CCT

Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, em Brasília, Distrito Federal, no Palácio do Planalto, iniciou-se a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT, conduzida pelo Presidente do CCT, Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e pela Vice-Presidente do CCT, Ministra Luciana Santos. Ao Ato, estavam presentes os(as) seguintes conselheiros(as): Geraldo Alckmin, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde; Marcos Antônio Amaro dos Santos, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Flávio José Roman, Secretário Adjunto do Advogado-Geral da União; José Múcio Monteiro Filho, Ministro da Defesa; Brigadeiro Rui Chagas Mesquita, Secretário de Produtos de Defesa; Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Minas e Energia; Gustavo José de Guimarães e Souza, Ministério do Planejamento e Orçamento; Izolda Cela, Secretária Executiva do Ministério da Educação; Rafael Dubeux, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda; Antônio Waldez Góes da Silva, Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional; Valder Ribeiro de Moura, Secretário Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Embaixadora Maria Laura da Rocha, Secretária Geral das Relações Exteriores. Conselheiros(as) representantes de entidades dos setores de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia: Helena Bonciani Nader, Academia Brasileira de Ciências – ABC; Renato Janine Ribeiro, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Paulo E. Artaxo Netto, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Emmanuel Zagury Tourinho, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Dácio Roberto Matheus, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Márcio de Araújo Pereira, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP; Francisco do O’ de Lima Júnior, presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM; Odilon Máximo de Moraes, vice-presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM; Andréia Rosane de Moura Valim, Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ABRUC; Júlio Xandro Heck, Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF; André Gomyde Porto, Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis – IBRACHICS; Hideraldo Luiz de Almeida, Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis – IBRACHICS; José Frederico Lyra Netto, Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação – CONSECTI; Marcela Chami Gentil Flores, Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras – ANPEI. Conselheiros(as) representantes dos produtores e dos usuários de ciência e tecnologia: Leone Peter Correia da Silva Andrade; Rafael Esmeraldo Lucchesi; Mercedes Maria da Cunha Bustamante; André de Oliveira Cândia; Paulo Rogério Foina; Carlos Nazareth Motta Marins; Roberto Stephanes Soboll; Leandro Rosa dos Santos; Rosilda Prates; Josealdo Tonholo; Edson da Costa Bortoni; José Eduardo Azevedo Fiates; Denise Aparecida Carvalho, Chefe da Assessoria do CCT e Secretária Executiva do Conselho. Estiveram presentes os(as) convidados(as): Virgílio Augusto Fernandes Almeida, Roseli Fígaro e Laura Schertel. Abertura: A Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Luciana Santos iniciou a reunião cumprimentando a todos(as) e saudou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelos investimentos em infraestrutura de pesquisa e pela valorização da ciência. Lembrou que, embora o Brasil seja o 13º no mundo em produção científica, é apenas o 49º em inovação, o que indica que as pesquisas não se traduzem em produtos e serviços para solucionar as questões mais candentes do povo brasileiro.

Saudou o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, a Sra. Denise Carvalho, Chefe da Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e Secretária Executiva do CCT, e os demais Ministros(as) e Conselheiros(as) presentes. Anunciou que o assunto principal da reunião seria a inteligência artificial e seus impactos. Discorreu sobre o cenário herdado do último governo, em que evidências científicas foram refutadas, e sobre os investimentos em bolsas de estudo, na recomposição do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos investimentos em ciência e no combate à fome. Listou os projetos em andamento do PAC: o laboratório de biossegurança NB4; o reator multipropósito; as infovias; o PROINFA; e o CEMADEN; além do monitoramento das mudanças climáticas e do Programa Mais Inovação, todos contando com investimentos do Governo. Enumerou outras ações realizadas pelo Governo em prol da ciência, com destaque para a Lei da Informática, o Ciência na Escola, o Mulheres e Meninas na Ciência e o Mulheres Inovadoras. Sobre a inteligência artificial, afirmou que deve impactar fortemente o modo de produção, gerando a necessidade de adaptação da economia. Relatou que há 110 centros especializados em pesquisas de inteligência artificial no país, que mais 4 serão implementados e que o objetivo é que o Brasil seja produtor de inteligência artificial. Atentou para a necessidade de regulamentação, sendo que há um projeto de lei tramitando no Senado a respeito. Ato seguinte, passou a palavra para o Professor Doutor Virgílio Fernandes Almeida, Professor Emérito da UFMG, com Graduação em Engenharia Elétrica, Mestrado em Informática, Doutor em Ciência da Computação e membro da Academia Brasileira de Ciências e Academia Nacional de Engenharia, que cumprimentou a todos(as) e anunciou que sua fala seria a respeito dos desafios para o Brasil avançar no movimento de inteligência artificial. Dividiu a inteligência artificial em duas vertentes: a que busca aumentar a capacidade da inteligência artificial superando os humanos e a que busca complementar os humanos, a segunda sendo o objetivo do Brasil. Enfatizou a necessidade de se buscar uma inteligência artificial pró-humana e dar uma visão brasileira a ela, combinando a capacidade humana e a capacidade da IA. Discorreu sobre a possibilidade do aumento da desigualdade social como efeito colateral do desenvolvimento da inteligência artificial e disse que o Brasil precisa avançar em quatro fatores, a saber: recursos humanos, dados algoritmos, infraestrutura computacional e regulações e governança, sendo que falta a estrutura de coordenação estratégica e política e a regulamentação para o avanço da IA no país. Apresentou a Lei da Iniciativa Nacional de Inteligência Artificial, dos EUA, cujo tema é fortalecer e democratizar o ecossistema de inovação em IA; e o Instituto Alan Turing, do Reino Unido, cujo objetivo é avançar a pesquisa de classe mundial e aplicá-la aos desafios nacionais e globais, contribuir para treinar pessoas em diversos setores e estimular o debate público por meio do conhecimento e das evidências sobre a IA. Elucidou que a Academia Brasileira de Ciências discute as recomendações para o avanço da IA no Brasil. Ato contínuo, passou-se à Professora Doutora Roseli Fígaro, que iniciou falando sobre as necessidades de minérios que a tecnologia demanda, que são extraídos da natureza, muitas vezes ilegalmente, e exemplificando com a cassiterita tirada das terras Yanomami. Citou ainda os cabos que passam pelo oceano, os satélites, a ocupação territorial com Data Centers e o uso de água para resfriar os sistemas. Explicou o conceito de dados humanos de materialidade sensíveis e a invisibilidade de algumas categorias de profissionais que trabalham com tecnologia, variando de mineiros a mediadores de chat e produtores de conteúdo, e destacando especificamente o mercado de anotação de dados, que treina os algoritmos das IAs. Afirmou que as empresas globais não se submetem às legislações locais e disse que, apesar de o relatório da OIT indicar tal discussão, a Comissão Especial da ONU sobre a Governança para IA não tratou do mercado de trabalho. Concluiu que as cadeias produtivas globais das tecnologias contemporâneas precisam de governança global, abrangendo inclusive os países do Hemisfério Sul, os quais fornecem grande parte dos insumos fundamentais para a existência delas, como recursos naturais, dados e mão de obra. Em sequência, a Dra. Laura Schertel começou sua fala sobre a inteligência artificial e integridade da informação destacando que as IAs dependem do meio ambiente e dos dados fornecidos pelas pessoas. Indicou que a sociedade atual é mediada pela inteligência artificial e falou sobre o impacto e os riscos dessa tecnologia, que ainda são amplamente desconhecidos, com ênfase nos algoritmos e nas decisões automatizadas. Questionou quais são as regras e os valores que permeiam as IAs e que estão gerando informações e condicionando o comportamento da população. Argumentou que as IAs precisam ser seguras e confiáveis, que é necessário criar uma infraestrutura digital com investimentos para pesquisas e geração de riquezas com respaldo da governança e que é importante entender como o restante do mundo está lidando com a tecnologia, uma vez que é imprescindível que haja um diálogo. Acrescentou o imperativo de se criar uma autenticação das informações e citou as tramitações em andamento a respeito do tema no país. Finalizou dizendo que a

era da regulação privada chegou ao fim e que é hora de haver uma atuação estatal inovadora e em diálogo com a sociedade civil e o setor privado. Com a palavra, a Dra. Helena Bociani Nader, presidente da Academia Brasileira de Ciências, cumprimentou a todos(as) e destacou que educação, ciência, tecnologia e inovação são políticas de Estado. Discursou a respeito da defasagem do valor das bolsas de estudos para os jovens, da reestruturação das universidades públicas e da precariedade da educação básica. Lembrou o lema do G20 de 2024, que é: Ciência para Transformação Mundial, e os cinco eixos a serem discutidos. A seguir, o representante da Confederação Nacional da Indústria, Sr. Rafael Lucchesi, assegurou que o Brasil voltou a refletir sobre o futuro, que é permeado pela inteligência artificial e pela transformação ecológica. Proferiu que o país precisa ter um projeto de inteligência artificial mais ousado e ambicioso, mirando na densificação das atividades intensivas em ciência, no fortalecimento da formação de recursos humanos e na regulação. Ato seguinte, o Sr. André Gomyde Porto, do Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis, articulou que a ciência é a base de tudo e a tecnologia e a inovação são a execução da ciência na prática. Falou que é preciso aproximar a ciência, a tecnologia e a inovação da população brasileira e sugeriu o Programa Brasil na Função Inteligente, para criar uma interoperabilidade entre as políticas e tecnologias em diálogos com as prefeituras e a população. Citou as articulações entre poder público e empresas privadas na repactuação do acordo do acidente de Mariana como exemplo de projeto de construção coletiva. Em posse da palavra, a Ministra da Saúde Nísia Verônica Trindade Lima narrou a retomada das ações de saúde do governo atual e falou que, na área da saúde, a pesquisa e a inovação feitas nas universidades e nos institutos de pesquisa como base de políticas públicas de desenvolvimento está muito presente. Sobre a Inteligência Artificial, disse que já é utilizada na saúde em ações como diagnóstico, personalização da medicina e melhoria do acesso, sem desconsiderar os riscos, em destaque para a desigualdade. Explicou que já existe um Comitê Nacional de proteção de dados, porém não abrange a pauta das IAs. Acrescentou a preocupação com a interpretação de mundo preconceituosa gerada pelas IAs, que leva em conta principalmente os padrões do Hemisfério Norte, e a falta de segurança na veracidade das informações divulgadas. Mencionou ainda os benefícios das IAs na saúde, que exigem um grande esforço da política pública geral e da relação com a sociedade. Ato seguinte, a Ministra Luciana Santos afirmou que o país está no rumo certo para diminuir o déficit na balança comercial e a dependência nos equipamentos de saúde. Falou a respeito da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que não acontecia há 14 anos e contará com 90 conferências livres, 17 temáticas até o momento, os 27 estados e 5 conferências regionais. Anunciou que a Sra. Jaqueline Goes, uma mulher baiana negra, tornou-se Embaixadora da Popularização da Ciência da Unesco. Passou a palavra ao Vice-Presidente da República e Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Geraldo Alckmin, que cumprimentou a todos(as) e elogiou o trabalho da Ministra Luciana Santos. Discorreu sobre os quatro pilares da Nova Indústria Brasil, a saber: inovação, cujo financiamento está encaminhado; sustentabilidade, com destaque para a Aliança Global pelos Biocombustíveis e ênfase na caracterização do país como brio-híbrido, nos investimentos em energia solar e eólica e na redução da importação do diesel; exportação, lembrando os avanços nos acordos comerciais; e produtividade, com valorização, apoio e incentivo às pequenas indústrias. Destacou, ainda, a melhora dos serviços de registro do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, a importância dos investimentos na área da saúde e do crescimento da indústria automotiva. Ato seguinte, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumprimentou a todos(as) e pediu que o CCT aproveite a liberdade de pensar em agir proporcionadas pelo seu governo para definir uma política concreta de inteligência artificial para o país. Solicitou que seja determinado o que o Brasil quer fazer em termos de IA e os reflexos na população. Destacou a relevância do tema e a frequência com que é abordado e contou sobre sua reunião com o Presidente Pedro Sanchez, da Espanha, que sugeriu uma parceira para criação de uma IA nas línguas portuguesa e espanhola. Pediu que fossem escritas propostas concretas e factíveis com relação à regulamentação e garantiu o financiamento do projeto, enfatizando a necessidade de o Brasil tomar à frente dessa discussão e não apenas aceitar o que está sendo ditado por outros países. Afirmou que, se o CCT tiver a inteligência de fazer a proposta, terá a coragem de criar uma política brasileira de inteligência artificial. Relatou sua vivência com a regulamentação dos trabalhadores de aplicativos pelo mundo e seu reflexo no Brasil, que resultou em uma nova codificação trabalhista conhecida como “trabalhadores autônomos com direitos”, e contou com a colaboração dos empresários. Pediu que o CCT aceite o desafio proposto e falou sobre os grandes eventos que ocorrerão no Brasil: o G20, o G20 social, o BRICS e a COP30. Afirmou que o Brasil tem tudo o que é necessário para fazer uma revolução climática, do conhecimento à matéria prima. Afirmou estar sendo instigado a criar um Grupo de Trabalho sobre

Inteligência Artificial ligado à Presidência da República, porém disse que dará a chance de o CCT tratar do tema. Reafirmou sua gratidão com os resultados e reforçou a importância do investimento em ciência e tecnologia. Por fim, a Sra. Denise Aparecida Carvalho, Chefe da Assessoria do CCT e Secretária Executiva do Conselho, conduziu a aprovação das duas resoluções previamente encaminhadas aos Conselheiros: a resolução que cria o Regimento Interno do CCT e a resolução que cria as quatro Comissões Temáticas Setoriais, que foram aprovadas por unanimidade pelos presentes. ENCERRAMENTO: Finalizada a pauta, a Sra. Denise Aparecida Carvalho deu por encerrada, aos sete dias de março de dois mil e vinte e quatro, a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Aparecida Carvalho, Chefe da Assessoria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia**, em 13/03/2025, às 17:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12681549** e o código CRC **E2DAC0E2**.